

TRIBUNA DO DELEGADO DE POLÍCIA



MAIO 2019 – ANO 1 – Nº 2

REAJUSTE DA POLÍCIA CIVIL FICOU APENAS NA PROMESSA

O Governo de São Paulo ainda não tem um plano para recompor os salários e benefícios da Polícia Civil. O secretário estadual de Segurança Pública, general João Camilo Pires de Campos, afirmou, em encontro com as diretorias do **SINDPESP** e da **ADPESP**, que não há prazo para que a recomposição salarial seja implementada.

As entidades entregaram ao secretário estudos de viabilidade econômica e impacto orçamentário para a recomposição salarial escalonada em quatro anos, tanto pelo incremento do ADPJ quanto pela aprovação da PEC



03/2018. As duas possibilidades assegurariam ao delegado de polícia remuneração compatível às carreiras jurídicas de Estado.

Os estudos feitos com base em dados do Portal da Transparência comprovam a existência de orçamento para aplicar o reajuste para todas as carreiras policiais.

Apesar da série de alternativas apresentadas pelas entidades, o general João Camilo alegou não haver orçamento ou projeto definido para mudança desse quadro negativo. Entre as medidas sugeridas, o destaque é a criação de um

fundo financeiro, a partir de ativos recuperados da lavagem de dinheiro, para garantir a gestão autossustentável.

“Notificamos (o secretário) sobre as mazelas que a Polícia Civil enfrenta para exercer as atividades de combate ao crime. A queda do prédio do 68º DP, justamente no dia de nossa visita, não foi uma particularidade. Faltam investimentos em equipamentos,

instalações e no ser humano policial. A Polícia Civil como um todo está despencando”, informou a presidente do **SINDPESP**, Raquel Kobashi Gallinati.

Frente à insensibilidade do governo estadual, os representantes das entidades vão se reunir para analisar as medidas a serem tomadas. “Saímos da reunião cientes de que não há planos a curto e médio prazo. Não há o que prometer. Vamos avaliar promover uma Assembleia Geral da classe e ouvir o que os delegados querem”, afirmou Gilberto de Castro Ferreira, diretor do **SINDPESP**.



DADOS SOBRE SUCATEAMENTO DA POLÍCIA CIVIL SURPREENDEM PRESIDENTE DA ALESP

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Cauê Macris, ficou surpreso ao conhecer os dados que revelam o sucateamento da Polícia Civil no estado. Durante o encontro com a diretoria do **SINDPESP** e **ADPESP**, as entidades expuseram o descontentamento dos policiais civis em relação à continuidade da situação de penúria salarial da classe.

As entidades afirmaram a Macris que a situação atual retrata uma grave falha de



política pública, provocando o crescimento anual da evasão de profissionais.

Foram apresentadas medidas que podem amenizar o problema, como o

Projeto de Lei nº 532, de 2019, que institui um fundo de recuperação de bens oriundos de crimes de lavagem de dinheiro e um pacote com 10 medidas de modernização da Polícia Civil de São Paulo.

Macris se disse sensibilizado com a questão, destacando que, ao menos a reposição inflacionária, deveria ser efetivada anualmente. E se mostrou surpreso com o valor para alimentação do policial civil, em torno de R\$5,00 por dia.

EDITORIAL

Os Delegados de Polícia do Estado de São Paulo exigem comprometimento. Não é admissível que uma palavra assumida em determinado momento seja esquecida em outro. O governador eleito João Doria, em sua visita durante a campanha, prometeu com todas as letras para dezenas de delegados de polícia que iria rever a questão da reposição salarial das carreiras da instituição assim que assumisse o mandato, caso fosse eleito. Agora, o discurso não só mudou como piorou, pois, a resposta à cobrança é a de que "até o final de seu mandato", a Polícia Civil de São Paulo será a "mais bem paga do país". Senhor governador, não há mais tempo para esperar. A instituição está na UTI. O PSDB, que comanda São Paulo há décadas, só não destruiu a Polícia Civil até hoje porque nós policiais não permitimos. Apesar do salário mais baixo do país, delegados, investigadores, escrivães, agentes policiais e todas as demais carreiras permaneceram firmes no propósito de realizarem o melhor trabalho para servirem à sociedade. Apesar das delegacias em péssimo estado, dos móveis inutilizáveis que nunca são repostos, das fiações expostas, das viaturas em condições ruins, permanecemos impassíveis atendendo ao público, realizando diligências, reunindo provas através de investigações e sendo bem-sucedidos na elucidação de crimes. Senhor governador, não foram seus antecessores que fizeram despencar a taxa de homicídios no Estado que, em 1999, estava avassaladora e, hoje, é a menor do país. Isso se deveu às polícias e, sobretudo, à Polícia Civil, por meio de seu Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa. Senhor governador, interrompa o ciclo de anos que tenta sufocar a Polícia Civil. Hoje, nosso déficit beira os 14 mil cargos vagos, um completo desserviço a São Paulo, prejudicando principalmente a população. Senhor governador, é preciso uma tomada de decisão, firme e contundente. Dinheiro há. Agora, é preciso cumprir a sua palavra.

Raquel Kobashi Gallinati,
presidente do SINDPESP

EXPEDIENTE

Publicação do **SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

11-3337-4578
sindpesp@sindpesp.org.br
www.sindpesp.org.br

Responsável
Raquel Kobashi Gallinati

Jornalista responsável
Adriano Kirche Moneta - Mtb 26.583

Siga o SINDPESP nas redes sociais

 /sindpesp

 /sindpesp

 /sindpesp



DEPUTADOS RECEBEM ENTIDADES E CONHECEM REIVINDICAÇÕES

As diretorias do SINDPESP e ADPESP se reuniram com os deputados estaduais Teonílio Barba e José Américo para reforçar a pauta de reivindicações da Polícia Civil e apresentaram um documento com 10 medidas que podem ser adotadas para modernizar a Polícia Civil, valorizar os policiais e oferecer melhores resultados à sociedade.

Os diretores das entidades falaram sobre o sucateamento a que a PC vem sendo submetida ao longo dos anos e reafirmaram a necessidade de novas contratações para cobrir o déficit que alcança 32,75% do total previsto em lei.



As entidades apresentaram aos parlamentares um estudo técnico sobre a PEC 3, que pretende equiparar a remuneração dos delegados à dos defensores públicos. Os parlamentares concordaram com o pleito da classe e demonstraram interesse pela aprovação do projeto.

DELEGADOS PARTICIPAM DE DEBATE COM MAIA SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O SINDPESP e a ADPESP questionaram o deputado federal e presidente da Câmara, Rodrigo Maia, sobre as reformas Tributária e da Previdência, durante encontro promovido na sede da Fiesp. As entidades questionaram Maia sobre as particularidades das aposentadorias especiais aos agentes de segurança.

Rodrigo Maia afirmou que as aposentadorias especiais devem existir, não somente e especificamente da Polícia Civil. "Precisamos avaliar um patamar compatível para garantir uma reforma próxima de R\$ 1 trilhão, para evitar que, em dois anos, tenhamos que voltar nessa agenda. Sou a favor do diálogo, porém, as diferenciações necessitam de avaliação prévia e devem mirar exemplos de outros países", disse o deputado.

Maia se posicionou contrário à alíquota de 10% por filho de agente policial. Em rápida conversa com os presidentes Raquel Kobashi Gallinati e Gustavo Mesquita, o deputado disse que gostaria de receber mais detalhes sobre as reivindicações atuais.



PROPOSTA VIRA PROJETO DE LEI E TRAMITA NA ALESP

A criação do Fundo Especial para o Combate do Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro (FEPCOLD), uma das propostas do **SINDPESP** e ADPESP para o fortalecimento da Polícia Civil, saiu do papel e virou um projeto de lei (533/2019) que tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), desde o final de abril.

O FEPCOLD usará recursos provenientes de lavagem de dinheiro, judicialmente declarados, para a Polícia Civil. O projeto, de autoria do Delegado Olim (PP), deriva do acompanhamento das entidades aos trabalhos da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

O Fundo não causa impacto orçamentário aos cofres públicos.

O secretário-geral do **SINDPESP**, Arnaldo Rocha Júnior, explica que “no decorrer da Ação 11 da ENCCLA, surgiu a necessidade das Polícias Civis atuarem para a regulamentação da lei de lavagem de dinheiro, e para que ativos recuperados retornassem aos órgãos de investigação, com vistas ao aprimoramento do combate a esse crime e melhorias nas respectivas estruturas da Segurança Pública”.

O Conselho Nacional de Chefes da Polícia Civil (CONCPC)



DÉFICIT DE POLICIAIS É TEMA DE ENCONTRO DO SINDPESP E ADPESP COM LÍDER DO PSDB

A deputada estadual Carla Morando, líder do PSDB na Assembleia Legislativa de São Paulo, recebeu os presidentes do **SINDPESP** e da ADPESP, Raquel Kobashi Gallinati e Gustavo Mesquita, em seu gabinete. A pauta do encontro foi a falta de reposição salarial aos policiais civis paulistas e o crescimento contínuo do déficit na instituição, duas reivindicações das entidades de classe.

Raquel apresentou as precárias condições que colocam a Polícia Civil em estado alarmante de trabalho. Entre os exemplos citados pela presidente do **SINDPESP**, estão a falta de quase 14 mil policiais no quadro da corporação e o não cumprimento da data-base, em março deste ano.

As entidades entregaram à deputada um documento oficial com 10 medidas de modernização da Polícia Civil, que podem ajudar a melhorar a segurança pública no estado.



10 MEDIDAS PROPOSTAS PELO SINDPESP E ADPESP

ALESP ESTUDA FUNDO À POLÍCIA CIVIL MEDIANTE RECURSOS RECUPERADOS DA LAVAGEM DE DINHEIRO

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica criado o Fundo Especial da Polícia Civil para o Combate do Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro – FEPCOLD, no âmbito da Polícia Civil do Estado de São Paulo, vinculado à Secretaria de Segurança Pública.

Artigo 2º - O FEPCOLD tem por objetivo a destinar para Polícia Civil do Estado de São Paulo os bens oriundos de ilícitos penais relacionados à repressão dos crimes previstos nas Leis Federais n.º 12.850, de 02 de agosto de 2013, n.º 9.613 de 03 de março de 1998.

Artigo 3º - Constituem recursos do FEPCOLD os ativos, bens, direitos, e valores provenientes, direta ou indiretamente, da prática de crimes de lavagem de dinheiro cujo perdimento definitivo for judicialmente declarado em favor do Estado, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, serão destinados para a Polícia Civil, priorizando-se as unidades policiais encarregadas da prevenção e do combate à lavagem de dinheiro. Parágrafo único - Os recursos financeiros de que trata esta lei serão destinados, prioritariamente, à infraestrutura e reestruturação de unidades policiais especializadas, aquisição e aprimoramento de tecnologia, capacitação de agentes e autoridades policiais, além do respectivo custeio de passagens, deslocamentos e estadias para participação de fóruns e representação em órgãos e organismos nacionais e internacionais no campo da prevenção e do combate à lavagem de dinheiro.

Artigo 4º - Fica criado o Gabinete de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – GRACI, subordinado à estruturação, tutela e organização do Poder Executivo estadual, no âmbito da Delegacia Geral de Polícia Adjunta – DGPAJ, chefiado por um Delegado de Polícia de classe especial e um assistente Delegado de Polícia, tendo por atribuições, além daquelas disposições gerais previstas na legislação para as autoridades policiais e dirigentes:



coordena as propostas da Ação 11 do ENCLLA. A Polícia Civil de São Paulo colabora com os trabalhos, tal como a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

REUNIÃO

As diretorias do **SINDPESP** e da ADPESP receberam o deputado estadual Delegado Olim, na sede da associação. No encontro, foram discutidas as tratativas a respeito do projeto de lei 532/2019.

Para a presidente do **SINDPESP**, Raquel Kobashi Gallinati, a iniciativa está em conformidade com o que prega o Ministério da Justiça.

A reunião serviu também para outras discussões de interesses da Polícia Civil. Participaram do encontro a diretora do **SINDPESP**, Juliana Ribeiro, o presidente da ADPESP, Gustavo Mesquita, e os diretores da ADPESP, Rodrigo Lacordia, Dario Nassif, e Arnaldo Rocha Júnior, também secretário-geral do **SINDPESP**.

SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS DEBATEM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA COM O PRESIDENTE DA OAB-SP

O Movimento Acorda Sociedade (MAS), o **SINDPESP** e entidades da sociedade civil se reuniram na sede da OAB SP, para debater a Reforma da Previdência e seus impactos no funcionalismo público.

Raquel Kobashi Gallinati, presidente do **SINDPESP**, afirmou que “é preciso defender a previdência dos servidores públicos a respeito de algumas falácias que são postas e colocadas como verdades absolutas. Não estamos sustentando privilégios, mas sim direitos que já temos”, disse.

O presidente da OAB-SP, Caio Augusto Silva dos Santos, disse que a entidade “não vai se acovardar”. “Não vemos nos funcionários públicos empecilhos, muito pelo contrário, são eles que servirão de vetores para atender bem ao cidadão”.

A presidente do SINDPF SP e diretora regional da ADPF, Tania Prado,



comentou sobre a união das entidades representativas nas lutas por melhores condições aos profissionais. E Gustavo Mesquita, presidente da ADPESP, afirmou que o desejo é por um tratamento justo e compatível com a natureza das instituições policiais.

Dirce Namie Kosugi, coordenadora do Movimento Acorda Sociedade no Estado de São Paulo, classificou a proposta apresentada pelo governo como genocida e com o objetivo de extinguir o Estado Democrático de Direito e do bem-estar social.



FOCAE-SP DEBATE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Representantes de entidades que integram o Fórum Permanente de Carreiras de Estado (FOCAE-SP) realizaram encontro para debater a Reforma da Previdência. No evento, liderado pelo presidente da Associação, Rodrigo Spada, e pelo coordenador do FOCAE-SP, Fernando Bartoletti, que é presidente da Associação Paulista de Magistrados, os representantes afirmaram que o texto prejudica as carreiras de serviço público. “A ideia central do FOCAE-SP é defender o serviço público. Trabalharemos em conjunto, portanto, para apoiar e buscar boas condições que atendam a todas as categorias”, disse Bartoletti. O evento reuniu a presidente do **SINDPESP**, Raquel Kobashi Gallinati; a presidente do Sindicato Nacional dos Delegados de Polícia Federal (SINDPF-SP) e diretora da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF-SP), Tania Prado, entre outros representantes de entidades.

DEPUTADO APOIA EMENDAS QUE GARANTEM DIREITOS NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A reforma da Previdência e as necessidades da Polícia Judiciária foram assuntos discutidos entre a presidente do **SINDPESP**, Raquel Kobashi Gallinati, e o deputado federal Abou Anni. Eles se encontraram para alinhar o diálogo acerca dos assuntos prioritários e emergenciais defendidos pela entidade de classe ao longo dos anos.



Raquel explicou sobre as reivindicações da categoria a respeito do novo texto da reforma da Previdência, que não considera as peculiaridades das carreiras policiais. O deputado declarou apoio às emendas da PEC 6, que visam garantir direitos relativos às atividades de risco.

A presidente do **SINDPESP** também falou sobre o sucateamento da Polícia Civil provocado governo paulista.

As entidades representativas irão colher assinaturas dos deputados federais para as emendas da PEC da reforma da Previdência.